

A transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil*

Luís Cláudio Pereira Leivas

Sociólogo, Professor, Procurador da República.

Levy Scavarda (1904-1978)

Capitão-de-Mar-e-Guerra, pesquisador, autor de vários artigos para a Revista Marítima Brasileira, como também redator de diversos textos para coleção Subsídios para a História Marítima do Brasil.

RESUMO

Em meio ao turbulento contexto da Revolução Francesa, Portugal teve de reformular a estrutura de sua Marinha. Contudo, o desdobramento dos fatos exigiu mais do Estado português: era fundamental não apenas tecer alianças diplomáticas com a Inglaterra, mas até mesmo providenciar uma solução imediata para o avanço agressivo francês.

PALAVRAS-CHAVE: MARINHA PORTUGUESA, REVOLUÇÃO FRANCESA, TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL.

ABSTRACT

Amidst the turbulent French revolution, Portugal was forced to reorganize its Navy. However, new developments demanded more from the Portuguese state: it was imperative not only to form diplomatic alliances with England, but also to provide an immediate solution to the French offensive.

KEY-WORDS: PORTUGUESE NAVY, FRENCH REVOLUTION, TRANSMIGRATION OF THE ROYAL FAMILY.

PRELIMINARES DA TRANSMIGRAÇÃO

A Revolução Francesa

A Revolução Francesa marcou profundamente o panorama político da Europa, ainda mais, no caso da Península Ibérica, pelas ligações entre os Bourbons de França, Nápoles e Espanha. Na primeira fase, a reforma dos abusos do Antigo Regime e a expressão das liberdades e direitos apregoados pelos filósofos do século XVIII encontram mesmo o apoio e elogio de diversos homens públicos europeus.

O Embaixador português em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, na sua correspondência com o Ministro Luiz Pinto de Sousa, chegou a elogiar os acontecimentos de 1789, inclusive propondo que a descentralização administrativa através das assembleias provinciais, as reformas na justiça, novos códigos, processos de rito público, assegurando ampla defesa e restrições ao número e comportamento dos magistrados, fosse estendida ao reino de Portugal. Ao gabinete português, "A revolução nos primeiros tempos, longe de assombrar e ter por inimigas as velhas monarquias, mais parecia pois, na sua empresa demolidora, ser digna de louvor e imitação."

Segundo o embaixador português, sobre as causas e efeitos da revolução,¹

"não se teria ela realizado se as concessões feitas, forçadamente agora ao povo, se tivessem há mais tempo espontaneamente verificado, e que o não haver adotado esse partido, se devia aos maus conselhos das pessoas, que cercavam o rei."²

* NOTA DO EDITOR: Este trabalho faz parte do II volume da *História da Intendência da Marinha*, publicado nas NAVIGATOR, número 15, de dezembro 1978 e número 16, de junho de 1979 - dezembro de 1980, e é dedicado ao saudoso Capitão-de-Mar-e-Guerra Levy Scavarda (1904-1978).

¹ COELHO, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.v. 2, p. 151-61.

² Idem. p. 164, rodapé.

Também na Inglaterra, vozes houve simpáticas às idéias revolucionárias, destacando-se Fox, na Câmara dos Comuns, o poeta Wordsworth, alguns cientistas, e os clubes e sociedades radicais, mantendo inclusive correspondência com a Assembléia Nacional e a Convenção.³

A Espanha, mergulhada nas tradições ibéricas de conservantismo e absolutismo real, ligada à França pelas relações de família, considerou-se diretamente atingida pelos acontecimentos e numa cédula real de 21 de novembro de 1789 mandava expulsar de Madri “todos os forasteiros que ali não vivessem de morada ou não tivessem conhecida profissão. Dos estrangeiros apenas se permitia o demorarem-se na Corte aos que viessem incluídos em autênticas relações dos seus ministros ou embaixadores, nas quais estaria designado o tempo que pretendiam estanciar na capital.” Uma série de medidas restritivas foi também tomada a fim de evitar a penetração das idéias revolucionárias no país.⁴

A marcha da revolução iniciou um processo de alienação das simpatias liberais. O governo português encetou uma série de providências repressivas, instigadas pelo Intendente de Polícia Pina Manique, sempre às turras com pretensos maçons ou sociedades libertárias. Conspirações dos emigrados, as pressões de Espanha e Nápoles e a Declaração de Pillnitz, de 27 de agosto de 1791, com seu caráter ameaçador, em nada contribuíram para apaziguar os franceses, que mais e mais se consideravam cercados por potências inimigas.⁵

As manobras do gabinete espanhol começaram a prejudicar as relações existentes entre a França revolucionária e Portugal. A diplomacia lusa passava a sofrer a hegemonia de seu vizinho, sendo opinião do ministro português dos Negócios Estrangeiros, em ofício de 27 de outubro de 1791 ao embaixador em Madri, que “achava tantas e tão manifestas contradições (na política da Espanha) que se não pode fazer um justo conceito do verdadeiro sistema dessa Corte, e muito menos me posso convencer de que ela tenha negociado com aquela abertura e franqueza, que as circunstâncias requeriam, pois que todas as transações que até agora se têm passado entre ela e o imperador me parecem escuras e misteriosas, e o que se colhe de tudo isso é que o ministério espa-

nhol nos pretende fazer girar à roda do seu turbilhão, qualquer partido que lhe pareça conveniente adotar”.⁶

A Invasão da França

Em 1792, a Assembléia Nacional da França declarou guerra ao rei da Hungria e Boêmia, invadindo os Países Baixos Austríacos. A Prússia e a Sardenha aderiram àquele monarca e o Duque de Brunswick atacou o território gaulês, acrescentando ao ato a característica de ultimato de seu Manifesto de 26 de julho.

A 10 de agosto de 1792, o povo de Paris atacou as Tulherias, e Luís XVI, obrigado a refugiar-se na Assembléia, teve suas funções constitucionais suspensas. A 20 de setembro, os príncipes aliados foram derrotados em Valmy, passando a iniciativa à França revolucionária; no dia seguinte proclamava-se a República Francesa, já sob o regime de Convenção Nacional, estendendo-se as operações vitoriosas dos Exércitos gauleses à Savóia ao condado de Nizza às cidades de Spira, Worms, Mainz e Frankfurt e aos Países Baixos, com a tomada de Antuérpia, em 28 de novembro.⁷

A presença destas tropas nos Países Baixos aumentou a inquietação britânica. Em 31 de dezembro de 1792, o ministro do exterior inglês, Lorde Grenville, assim definiu a política de seu governo:

“A Inglaterra nunca consentirá que a França se arrogue o poder de anular o seu talante, pretextando um direito natural de que se faz o único juiz, o sistema político estabelecido em tratados solenes e garantido pelo consenso de todas as potências. Este governo, aderindo às máximas que tem seguido por mais de um século, nunca verá com indiferença a França tornar-se, direta ou indiretamente, senhora dos Países Baixos ou árbitro geral dos direitos e liberdade da Europa. Se a França estiver realmente desejosa de manter a paz e a amizade com a Inglaterra, precisará mostrar-se disposta a renunciar a suas intenções de agressão e engrandecimento, e confirmar-se dentro dos limites de seu próprio território, sem insultar outros governos, sem perturbar sua tranqüilidade, sem violar seus direitos.”⁸

³ CHURCHILL, Winston S. France confronted. In: *History of the English speaking peoples*. v. 5, cap. 14, p. 164, rodapé.

⁴ COELHO, J. M Latino. Op. Cit., p. 172-4.

⁵ Idem, p. 221-3.

⁶ Ibidem, p. 226-7.

⁷ Ibidem, p. 245-57.

⁸ CHURCHILL, Winston. Op. Cit., p. 2481-84.

Espanha e Inglaterra

Na Espanha, o Ministro D. Manuel Godoy procurava continuar as negociações entabuladas por seu antecessor, o Conde de Aranda, com a França revolucionária, tentando salvar através de concessões a vida de Luís XVI. Em 28 de dezembro, estando já condenado à morte, o cônsul espanhol em Paris dirigiu uma carta à Convenção, apelando em favor da pessoa do monarca "e oferecendo a troca da clemência todas as condições que honrosamente se pudesse outorgar." A proposta foi recusada, rompendo-se praticamente as relações franco-espanholas.⁹

A Inglaterra tinha suas preocupações aumentadas pela ocupação francesa dos Países Baixos, e abertura do Escalda ao comércio internacional. Foi convocado o Parlamento, para definir-se a atitude a assumir com a República. Para esta, não era interessante a abertura de novo flanco, ameaçada que já estava pela pressão espanhola e pela invasão austro-prussiana, ao norte, de forma que solicitou a manutenção da neutralidade britânica.

A execução de Luís XVI, a 21 de janeiro de 1793, precipitou os acontecimentos; três dias mais tarde, o embaixador francês foi intimado a deixar a Inglaterra. Em 31 de janeiro, a Convenção decretou a anexação dos Países Baixos Austríacos à República Francesa, e no dia seguinte declarou guerra à Grã-Bretanha e Holanda, na convicção de serem verdadeiras as afirmações do embaixador francês em Londres, Marquês de Chauvelin, de que "os ingleses apenas esperavam o chamado da França para romper os laços da tirania."¹⁰

SITUAÇÃO DE PORTUGAL EM 1792

O príncipe regente

Em 10 de fevereiro de 1792, a loucura da Rainha D. Maria I obrigou a que D. João se tornasse regente, com a natural crise sucessora. A 10 de maio, faleceu o embaixador português em Paris, em época bem delicada para as relações entre os dois países. Pior ainda, o cargo permaneceria vago, implicando desconsideração ao governo revolucionário e agravando a situação diplomática por falta de representantes hábeis e credenciados.¹¹

Evolução das coligações

O jogo diplomático reservava muitas dificuldades à monarquia lusa. Presa à Espanha pelos tratados de 1777-1778, poderia ser arrastada a uma guerra contra a República Francesa, como aliás advertiam os seus dignitários. A Espanha, porém, não era um aliado em quem se confiava, ainda mais pelas disputas que até aqueles anos envenenaram as relações entre Madri e Lisboa sobre as colônias da América e suas fronteiras.

A Inglaterra exercia pressões de outro tipo. Indecisa entre uma estratégia continental e outra marítima, dedicou-se nos primeiros anos da guerra a expedições coloniais e conquista de pontos de apoio. Em janeiro e fevereiro de 1793, fez com que Portugal aparelhasse oito navios, seis fragatas, quatro cútereres e vasos menores para a proteção do litoral, e tomasse medidas de defesa. Essas notícias foram interpretadas na França como atitudes hostis por parte do governo português, acreditando-se que estas forças iriam reunir-se à Esquadra inglesa no Mediterrâneo, em operações contra a Convenção.¹²

A 7 de março de 1793, a França declarou guerra à Espanha, que procurou aliança com a Inglaterra; teve como resposta que para tal seria indispensável à assinatura de um tratado de comércio favorável a si abrangendo as colônias castelhanas, penetrando por meios pacíficos no monopólio comercial espanhol.¹³

Ao mesmo tempo, fazia a Corte de Madri gestões junto à Lisboa para uma ação ofensiva comum. A 13 de março de 1793, o Ministro Luís Pinto de Sousa ponderava a D. Diogo de Noronha, embaixador português em Madri, que

"... não obstante a suas atrocidades domésticas, nos não tem dado (a França) até o presente motivo plausível de ruptura... e nos declararia formalmente a guerra logo que lhe constasse que Portugal entrava em uma liga geral contra ela sem provocação de sua parte."¹⁴

Comentando a posição inglesa, a 17 de março, o mesmo ministro dizia a D. João de Almeida, enviado português em Londres: "Observarei agora confidencialmente a V. S^a que a marcha que o ministério inglês se propõe

⁹ COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 272-3.

¹⁰ CHURCHILL, Winston. Op. Cit., p. 2481-84.

¹¹ COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 308.

¹² COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 325-6.

¹³ Ibidem, p. 330.

¹⁴ Ibidem, p. 320, rodapé.

a seguir a respeito da Espanha é exatamente a mesma que intenta prosseguir com Portugal. Não duvida a Corte de Londres que este reino se veja obrigado pela sua aliança e pelos seus conselhos a reunir-se em uma liga comum contra a França, e logo que o achar empenhado em uma guerra e inteiramente *sujeito à sua proteção, então cairá sobre nós* com o peso dos seus antigos e pretendidos gravames e obrigar-nos-á a um novo tratado do comércio, que será *bem funesto a esta monarquia*. Tais são as injustiças de que Mr. Walpole vem munido e de que aqui temos hoje uma completa notícia” (grifos do ministro).¹⁵

No meio de tal confusão, a fim de contestar ambos os lados, as fronteiras portuguesas foram fechadas para evitar a entrada de emigrados monarquistas franceses e o governo luso recusou-se a receber o cônsul enviado pela Convenção até que a República Francesa fosse reconhecida pela Inglaterra e pela Espanha. Nesse mesmo ano, a Convenção armou em Brest, por via indireta, através do clube *Cercle Social*, o Brigue *Le Diligent*, sob o comando do Capitão Aristide Aubert du Petit-Thouars, a pretexto de efetuar buscas da perdida expedição de La Pérouse, mas com o objetivo, afirmava-se, de reconhecer a costa do Brasil. Essa missão fracassou, pois o brigue foi capturado junto a Fernando de Noronha, embora reforçasse os temores portugueses de operações ofensivas contra o Brasil e especialmente o comércio marítimo, pelos navios franceses.¹⁶

Aproximação luso-britânica

Pretendeu o gabinete português conseguir reforços navais para suas forças na América, através da Royal Navy, considerando o domínio do mar a melhor medida de defesa nas circunstâncias em que se achava o Brasil. Parecia mais fácil atacar o inimigo no mar que em terra, pois seria embaraçado pelos transportes e material de desembarque, além de estarem sempre expostas suas linhas de abastecimento marítimo.

Preocupando-se com o conflito europeu, não permitiam as ações dos corsários de Argel e Túnis, que Portugal esmorecesse a vigilância na área de Gibraltar, pela ameaça que representavam, esquiva e constante, às suas embarcações de guerra e mercantes.

Neste aspecto romanesco da História Naval, as grandes potências impunham o seu poderio através de tratados ou opera-

ções militares, mas as nações menores, como Portugal e os Estados Unidos, sofriam depredações e assaltos; a Esquadra Lusa do Estreito, policiando Gibraltar e proximidades, permitia o tráfego dos navios portugueses, representando elemento fundamental para a sobrevivência econômica do reino. Composta de uma nau, quatro fragatas, um cúter e um bergantim, estava sob o comando do Chefe-de-Divisão Pedro de Mariz de Sousa Sarmento e por ordem do Ministro da Marinha, Martinho de Melo e Castro, de 2 de março de 1793, foi mandada reunir à britânica do Mediterrâneo, a quem obedeceria desde que “não ficassem desamparadas de proteção as costas de Portugal contra os corsários de Túnis e Argel.”¹⁷

Uma outra divisão foi constituída com seis naus, duas fragatas e dois bergantins, sob o comando do Tenente-General do Mar Bernardo Ramires Esquivel, para reunir-se à Esquadra inglesa do Canal da Mancha; ficariam em reserva no reino duas naus, três fragatas e quatro bergantins. Essa divisão partiu para Portsmouth a 5 de julho de 1703, sob o comando de José Sanches de Brito, com quatro naus e duas fragatas, incorporando-se à esquadra de 31 naus, sete fragatas, um navio-hospital e três brulotes, comandada por Lorde Howe. Retornou a Portugal, aportando a Lisboa a 2 de outubro do mesmo ano, pelas epidemias sofridas.¹⁸

Com tais medidas, tomadas com sacrifício, procuravam os lusos não só o apoio militar, mas a pressão diplomática britânica contra a Espanha, que embora aliada teórica, representava pelos choques do passado e contigüidade terrestre um problema maior que os próprios exércitos da Convenção.

As Reformas Navais de Melo e Castro

Outra forma de aproximação com a Inglaterra, foi a contratação de oficiais britânicos para os quadros da oficialidade naval. Em 18 de março de 1793, dizia Martinho de Melo e Castro a Luís Pino de Sousa

“... que ainda que os comandantes e oficiais da esquadra maior, que Sua Alteza destina para se unir a uma das Grã-Bretanha, tenham todo o conhecimento do governo, manobras e direção dos seus respectivos navios, falta-lhes o uso e a prática das manobras e disciplina da guerra do mar, principalmente dos movimentos da artilharia a bordo.”

¹⁵ Ibidem, p. 331.

¹⁶ COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 347-8.

¹⁷ Ibidem, p. 353.

¹⁸ COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 353-9.

Foram contratados oficiais, com vantagens de acesso e melhores salários que os próprios portugueses, sendo licenciados do serviço naval inglês enquanto servissem a Portugal, conservando-lhes S. M. Britânica "... a metade dos soldos que percebiam na Inglaterra." Passaram a servir na Marinha portuguesa.

1) Capitães-de-Fragata:

John Douglas, Simpson Mitchell, Collis Horsford, Thomas Stone e Phillip Hancorn;

2) Capitães-Tenentes:

James Bunce e Samuel Wyckam;

3) Capitães-de-Mar-e-Guerra:

John Dilkes, Donald Campbell e Edward Roe;

4) Tenentes-do-Mar ou Primeiros-Tenentes:

Matthem Welsh, John Guyon, Joseph Martins, Thomas Parry, John Macklin, Crawford Duncan, Isaac Smith, James Allen e Palmer;

5) Chefe-de-Divisão:

Capitão Warren, como Major-General, ou Chefe do Estado-Maior.¹⁹

Diversas medidas foram tomadas, reparando-se embarcações e reformulando-se a Fazenda Naval, através do Alvará de 3 de junho de 1793, extinguindo o cargo de provedor dos armazéns e criando o de intendente.²⁰ Não seria possível a manutenção do comércio ultramarino nem a defesa da costa sem que a esquadra possuísse condições operativas e, em especial, provisionamento e manutenção estruturados.

GUERRA COM A FRANÇA

O Corso Gaulês

Aproveitando a confusão e pretextando os movimentos navais e ações lusas, navios de guerra e corsários franceses iniciaram suas operações e, em junho de 1703, o Bergantim *Nossa Senhora da Conceição Soberal*, comandado por Antônio José Pinto, foi capturado pelo corsário *Espérance* e logo repredado pela Fragata inglesa *Druid*.²¹

A Inglaterra, por sua vez, solicitou o apoio essencialmente logístico de Portugal, servindo este de base às esquadras bloqueando os portos e em operações contra a França.

Para a Administração portuguesa, o fim último da Inglaterra era assenhorear-se dos Impérios Coloniais de oponentes ou aliados conquistados, graças à sua esmagadora superioridade naval; para compensar esse risco solicitavam os lusos que a Royal Navy bloqueasse a frota francesa e cooperasse na defesa do ultramar. Afinal, a 15 de julho de 1703, Portugal assinou Tratado de Aliança com a Corte de Madri e a 26 de setembro, com a Inglaterra, obrigando-se a enviar um corpo expedicionário à Espanha, para colaborar na ofensiva que seria lançada contra o Roussillon.²²

Campanha do Roussillon

A expedição partiu do Tejo a 20 de setembro de 1793, chegando ao Porto das Rosas a 10 de dezembro, com vários problemas, em especial de abastecimento, fazendo junção com as tropas espanholas sob o comando do Tenente-General D. Antônio Ricardos y Carrillo; nela figurava o futuro intendente da Marinha no Rio de Janeiro, José Caetano de Lima, comandando a Nau *Bonsucesso*.²³

Iniciadas as operações, os vícios da Administração Militar Espanhola vieram à tona, conforme se vê na correspondência do Marechal Forbes, comandante da Divisão Portuguesa, logo após o desembarque. Após combate de variado sucesso, o Gabinete Espanhol começou a avaliar os resultados obtidos, se valeram a campanha. Enquanto a Convenção lutava em várias frentes, o Sul da França recebera poucos recursos, constituindo uma frente secundária. À medida porém que os Exércitos franceses passavam à ofensiva no Norte, melhorando suas posições, chegavam mais e mais reforços fornecidos pela mobilização nacional ao teatro do Roussillon.

Em abril e maio de 1794, ofensivas francesas romperam a frente, obrigando os luso-espanhóis a uma desastrosa retirada. Frise-se que Portugal, até então, não recebera uma declaração formal de guerra, estando os dois países de relações cortadas, pela morte do embaixador português em Paris e expulsão do emissário da Convenção do território luso.²⁴

¹⁹ COELHO, J. M. Latino. Op. Cit., p. 355, rodapé. No Brasil, destacaram-se especialmente Donald Campbell e Filipe Hancorn, e em combate, na Corveta *Andorinha*, Crawford Duncan.

²⁰ LEIVAS, Luis Cláudio Pereira; SCAVARDA, Levy. *História da Intendência da Marinha*. Rio de Janeiro: Diretoria de Intendência da Marinha, 1972.

²¹ COELHO, José Maria Latino. Op. Cit., p. 345-6.

²² MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1939-1946. 2v, v. 1, p. 15.

²³ COELHO, José Maria Latino. Op. Cit., p. 94-8.

²⁴ *Ibidem*, p. 307-26, rodapés. Faziam-se de informantes oficiosos de Portugal em Paris Henrique Roberto Tomasini, Secretário do finado embaixador, e José Antônio dos Santos Branco, funcionário da legação.

Modificação das alianças

A guerra também pesava para a República Francesa. O sobressalto causado pela queda de Robespierre, a 27 de julho de 1794, propiciou negociações diplomáticas.

A 22 de julho de 1795, a Convenção e a Espanha celebraram o Tratado de Basiléia, devolvendo-se os prisioneiros, reatando-se relações com a República das Províncias Unidas dos Países Baixos, evacuando-se as fronteiras e passando a parte espanhola de São Domingos à França. Esta aceitava a Espanha como mediadora com Portugal ou quaisquer outras nações beligerantes que o desejassem. Desta forma, a Espanha abandonava Portugal, que se via ainda em hostilidade com a França.²⁵

A 10 e 11 de dezembro de 1795, aportavam em Lisboa os transportes que conduziam de volta a Divisão Auxiliar Lusa, encerrando a participação de Portugal na campanha de Roussillon.²⁶

O MINISTÉRIO SOUZA COUTINHO O futuro Conde de Linhares

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho do diplomata D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, nasceu em Chaves, a 3 de agosto de 1755, tendo como seu padrinho de batismo o Marquês de Pombal. Através dos anos, cursou a Universidade de Coimbra e ingressou em 1778 na vida pública, nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Coroa portuguesa na Corte da Sardenha. Pelo decreto de 7 de setembro de 1796, foi nomeado ministro e Secretário da Marinha e Ultramar.²⁷ Caber-lhe-ia dirigir a pasta durante as relações com o Diretório e com a França napoleônica, até 1801.

Aliança Franco-Espanhola

Celebrada a Paz de Basiléia, Portugal fez gestões diplomáticas junto à França, recebendo, como resposta, que esta se considerava em guerra consigo, tendo ordenado o curso aos navios que vinham do Brasil.²⁸

A Espanha, por sua vez, entregue às maquinações de D. Manuel Godoy, deslocava-se pouco a pouco para uma aliança com o inimigo. A Inglaterra, que evacuara Toulon em 1793, via crescer a importância de Gibraltar e de Portugal, como pontos de apoio e bases para suas esquadras.

A 18 de agosto de 1796, a Espanha assinou com a França um tratado de aliança contra a Inglaterra, o que, somando-se a uma revolta da Córsega contra os britânicos, levou a que fosse ordenada a evacuação do Mediterrâneo pelo Almirantado, em dezembro do mesmo ano.²⁹

Como decorrência, buscou a diplomacia de Madri conseguir o alinhamento de Portugal à sua política, fechando aos britânicos o complexo sistema de provisionamento e manutenção navais que era a costa portuguesa, onde Lisboa serviria de base à esquadra de Sir John Jervis. Em 1797, a Esquadra espanhola partiu de Cartagena, com destino a Cádiz, tendo como objetivos, junção e cooperação com os franceses, e assegurar a passagem de valioso comboio de mercúrio, vindo das minas de Almadén. Em brilhante ação, foi interceptada e derrotada por Jervis a 14 de fevereiro, ao largo de São Vicente, destacando-se a figura de Nelson no combate.³⁰

Nesse mesmo ano de 1797, Antônio de Araújo de Azevedo, então exercendo o cargo de representante português em Haia, foi encarregado pela Corte de Lisboa de procurar fazer a paz com a França.³¹ A 10 de agosto, o tratado foi assinado, mas a cedência de parte do Amapá; a vultuosa indenização a ser paga à França; a exigência da entrada das naus de guerra em Lisboa, em número maior que as dos britânicos; e a própria pressão destes, ameaçando ocupar a barra do Tejo se fosse ratificado pelo governo português, impediram recebesse a aprovação do Príncipe Regente, pois a Esquadra britânica, vencedora também dos holandeses em Camperdown, representava importante fator de dissuasão na Política Peninsular.³²

²⁵ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., v. 1, p. 15. "O comércio do reino sofreu (de 1794 a 1801) prejuízo avaliado em mais de 900 milhões de francos, quase tudo em cargas vindas do Brasil.", in LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945, v. 1, p. 24.

²⁶ COELHO, José Maria Latino. Op. Cit., p. 528.

²⁷ COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). *O Conde de Linhares*. Lisboa: Tipografia Bayard, 1908, p. 24-37 e 197.

²⁸ COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 32-3.

²⁹ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 15 e WOODWARD, David. Britain and the Mediterranean. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14. 2510.

³⁰ WARNER, Oliver. Triumph at sea. In: *History of the English Speaking Peoples*. v. 5, cap. 14, p. 2504-7.

³¹ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 15.

³² COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 33-6.

As Reformas Navais de D. Rodrigo

Nem bem assumira seu cargo, sua primeira preocupação foi separar a parte militar daquela fazendária de Marinha, através das cartas régias, ordens e alvarás de 26 de outubro e 22 de novembro de 1796; de 7 de janeiro, 22 de fevereiro e 27 de setembro de 1797, bem como, no caso do Brasil, criando pelo alvará de 12 de agosto de 1797, o cargo de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, em cada um dos Arsenais das Capitânicas da América.³³

Dentre os aspectos operativos, ordenou a partida da Esquadra da América, comandada por Antônio Januário do Vale, não só por considerar indispensável à defesa do Brasil a presença de uma grande Força Naval, mas para disciplinar e fazer praticar as equipagens. Essa esquadra tinha como objetivo a patrulha ou cruzeiro de Pernambuco até além do Rio Grande, recebendo as autoridades do Brasil instruções claras e precisas para com ela cooperar.³⁴

A coincidência de todas as datas, em especial a dos Alvarás de Fazenda das Esquadras, com as instruções para essa Força Naval, permitem-nos admitir a existência de uma concepção global nos planos do ministro, em que uma das constantes seria a proteção ao comércio do ultramar, através do soerguimento dos meios flutuantes, reorganização do provisionamento e manutenção, e o treinamento constante das equipagens.

A luta do Secretário da Marinha para a reforma da Fazenda Naval, fazendo respeitar a lei, ferindo privilégios, filhos da política dos cargos hereditários ou adquiridos, criou-lhe vastas inimizades. O Marquês de Ponte de Lima, Presidente do Real Erário, "chegava a negar a entrega dos fundos orçamentais para as despesas ocorrentes com os serviços navais", obrigando a intervenção direta do Príncipe D. João para evitar graves danos ao patrimônio naval.³⁵

Desde a utilização dos rios, preservação das madeiras e organização de diretrizes que servissem de suporte econômico à sua pasta e ao ultramar, tudo foi abordado pelo irrequieto Secretário. Verdadeiro universalista, procurava a solução dos problemas através de alternativas globais, geralmente incompreendidas por seus pares.³⁶

Pelos alvarás de 20 de janeiro e 20 de dezembro de 1798, criaram-se, respectivamente,

o Serviço do Correio Marítimo e a Real Sociedade Marítima Militar e Geográfica, efetivando as comunicações com as colônias dentro de uma perspectiva imperial ultramarina e fornecendo a base teórica e de estudos para a hidrografia e náutica da Marinha Militar e Mercante Lusas.³⁷

Em 12 de janeiro de 1800, nova crise atingiu a Secretaria da Marinha, por ordenar o Príncipe Regente à suspensão das obras em andamento. O Ministro, por sua conta, mandou continuar aquelas do Arsenal e Cordoaria, não só pela sua importância, mas pela revolta do povo e artífice de Lisboa, "... irritados ao último ponto, vendo que no meio do mais rigoroso inverno se lhes tirava de repente a subsistência, suspendendo-se as obras." Estalara o conflito entre a Marinha e a Fazenda Real, no qual os inimigos do secretário pretendiam limitar-lhe a ação saneadora, dificultando os recursos para os fundos navais. Propusera o secretário que as Repartições da Fazenda e da Marinha fossem ouvidas no princípio de cada ano para fixação da despesa anual naval; feito isto, caberia à Repartição da Marinha elaborar o orçamento de aplicação ou dos investimentos, que depois de aprovação seria encaminhado para execução, através de decreto, à Junta da Fazenda da Marinha. Ao final do ano, seria feita a Conta Geral da despesa da Marinha e encaminhada à Repartição da Fazenda para, para ver se foram cumpridas as reais ordens, com as formalidades devidas, apenas no aspecto fazendário. Deveria também ser fixadas a época dos repasses das somas à Marinha, evitando-se atrasos e prejuízos nefastos à Repartição e os conflitos de jurisdição entre o órgão administrativo e o Secretário de Estado.

Entre as obras suspensas estavam a do Hospital Real da Marinha e futura instalação do Laboratório Químico e "Dispensatório" Farmacêutico; publicação de vários livros mandados traduzir ou publicar; suspensão da nitreira; da Fábrica de Tijolos e Cadilhos (cadinhos?), de Cesimbra, para a construção do Forno de Revérbero do Arsenal, e para fornecer cadinhos à Casa da Moeda e às fundições; o Porto de São Martinho; administração dos Pinhais, seus cortes e sementeiras.

Argumentava o ministro que em 1794 e 1795, "nessas épocas quase cessaram de

³³ LEIVAS, Luís Claudio Pereira; SCAVARDA, Levy. Op. Cit., p. 251-98. Íntegra dos referidos documentos.

³⁴ Carta de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho para Antônio Januário do Vale, de 7 de janeiro de 1797. In: SÃO PAULO (Estado) – Arquivo Público. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. v. 89, p. 21-5.

³⁵ COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 42.

³⁶ *Ibidem*, p. 49-70.

³⁷ BRASIL. Marinha. Arquivo da Marinha. Coleção da Legislação Portuguesa.

vender as alfândegas e o Reino chegou ao mais miserável estado de penúria." Com o reforço de Repartição, as balanças comerciais de 1796, 1797 e 1798 revelaram-se positivas, sendo necessárias à manutenção da Marinha, do sistema de cruzeiros e comboios.

Eram obrigações da Repartição manter o cruzeiro do estreito contra os piratas barbarescos; os comboios para o Mediterrâneo, para assegurar o consumo dos gêneros coloniais; cruzeiro e comboios nas costas do Algarves e Minho, protegendo as aproximações dos portos e as aterragens; os comboios dos Açores, Madeira e Cabo Verde; proteção da costa de Angola, assolada pelos corsários franceses, para onde fora enviada a Fragata *Tritão*; os comboios do Brasil e a defesa do seu litoral, devendo haver uma esquadra estacionada no Rio de Janeiro e outras forças no Pará, estas últimas só existindo pelo esforço do governador dessa Capitania. Além disso, deveria haver a Frota Metropolitana, baseada em Lisboa, para a defesa do Reino e eventual reforço do Ultramar. Eram mantidos também pela Secretaria da Marinha o Hospital Novo de Santa Clara, a Tipografia de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a Nitreira,³⁸ existindo em operações no Mediterrâneo um esquadrão português, cooperando com Nelson.

OPERAÇÕES NAVAIS NO MEDITERRÂNEO (1798-1800) O bloqueio de Malta

Em maio de 1798, Nelson recebeu ordens de seu chefe, Jervis, para penetrar no Mediterrâneo, procurando bloquear e reconhecer a força expedicionária em preparação por Napoleão, no Porto de Toulon.³⁹

A 5 de maio, partia de Lisboa uma esquadra portuguesa, composta das Naus *Rainha*, *Príncipe Real*, *São Sebastião*, *Afonso de Albuquerque*, Corveta *Benjamim* e Brigue *Falcão* para os Açores, daí para Lagos e depois para Nápoles, onde surgiu a 16 de julho de 1798. A 31, chegou a notícia de que os franceses teriam saído de Toulon para o Egito, sendo esperados no arquipélago pelos ingleses. Os portugueses seguiram até Rodes e regressaram em direção a Malta.

A frota francesa, entretanto, foi quase completamente destruída em Albuquir, por

Nelson, a 1^a de agosto. O Bergantim inglês *Mutine*, portador da notícia para a Inglaterra, encontrou os lusos ao largo de Creta, referindo-lhes os acontecimentos e à presença do Almirante em Alexandria.⁴⁰

Além da Esquadra espanhola, bloqueada em Cádiz por Jervis, restavam apenas aos franceses e seus aliados, no Mediterrâneo, dois navios de linha (o *Guillaume Tell* e o *Généreux* e duas fragatas, escapos da batalha e que seguiram para Malta; alguns navios espanhóis em Cartagena e embarcações menores de Veneza no Adriático. Tendo já assegurado o comando do mar, a força de Jervis dividiu-se em dois esquadrões: o de Jervis, bloqueando Cádiz; e o do Comodoro Duckworth, apoiando a invasão de Minorca, uma das Ilhas Baleares, e a conquista de seu excelente Porto de Mahon.

A força de Nelson também se dividia em dois: o de Nelson – com alguns navios, para Nápoles, afora outros recolhidos à Inglaterra, para reparos; o do Levante – comandado por Sir Sidney Smith, com a missão de vigiar e bloquear o Exército francês do Egito.⁴¹

Quando o esquadrão português ali chegou, só encontrou o de Sidney Smith e logo após recebeu ordens de seguir para Nápoles com outras embarcações aliadas. Em rota, no Estreito de Messina, foi alertado por um cúter inglês de que "... a Divisão francesa de Malta partira para a Sicília, composta de duas naus, duas fragatas e uma corveta; os navios portugueses procuraram-na e forçaram-na a recolher-se ao Porto de Valetta, em Malta, sendo estabelecido a 30 de agosto o bloqueio da ilha, juntamente com outros navios, participando de diversas ações militares até novembro, quando foram substituídos por embarcações britânicas, seguindo para Nápoles."⁴²

Na Baía de Nápoles

Em Nápoles, o Almirante Nelson envolveu-se nas intrigas da Corte local, estimulando que fosse lançada uma campanha contra os franceses, então em Roma.⁴³

A Esquadra portuguesa, enquanto isso, fazia com dificuldades seu provisionamento e manutenção, reparando-se Nau *Rainha*, ainda mais que "... o governo tinha lançado

³⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Representação de 21 de janeiro de 1800 ao príncipe regente, pedindo revogação de decreto de 12 do mesmo mês e ano. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 241-50.

³⁹ MACKESY, Piers Gerald. The Nile and After. In: CHURCHILL, Winston Spencer. Op. Cit., v. 5, cap. 15, p. 2535.

⁴⁰ SOARES, Joaquim Pedro Celestino. *Quadros navaes*: ou collecção dos folhetins maritimos do patriota seguidos de uma epopéia naval portugueza. 2^a impressão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861-1869. p. 180.

⁴¹ MACKESY, Piers Gerald. Op. Cit., p. 2538.

⁴² SOARES, Joaquim Pedro Celestino. Op. Cit., p. 180-1.

⁴³ MACKESY, Piers Gerald. The Nile and After. Op. Cit., p. 2538.

mão de todos os objetos preciosos, recolhendo a moeda circulante e emitindo assinados que ninguém queria receber." Os fornecimentos foram obtidos, através do banqueiro Leonardo Cottolini, sob a palavra do Marquês de Niza.⁴⁴

Iniciado em novembro de 1798, o ataque napolitano aos franceses de Roma correu mal.⁴⁵ O General Championnet invadiu em represália o Reino Bourbon e a Corte embarcou a 2 de janeiro de 1799 nos navios de Nelson, "apoderando-se os ingleses do magnífico arsenal e recolhendo a seu bordo quantos sobressalentes encontraram, não deixando o necessário para a Esquadra napolitana", da qual apenas as *Naus Samnite* e *Archimedes*, de 74 peças, acompanharam o rei. Coube à força portuguesa salvar ou destruir os outros navios, sendo queimados o *Guiscardo*, de 80 peças; o *Tancredi* e o *Partenope*, de 74, indo a pique o São Joaquim, de 64 peças e duas fragatas. Com grande dificuldade, salvaram os lusos a Fragata *Sibila*, a Corveta *Pallas* e quatro outras embarcações de porte; em meio e uma revolta geral, os portugueses zarparam a 10 de janeiro, com diversos destinos.⁴⁶

O Almirante Bruix

Em abril de 1799, a Esquadra francesa de Brest, comandada pelo Almirante Bruix e composta de 24 navios de linha, furou o bloqueio inglês, e dirigiu-se para Cádiz, onde frente à reação de outra força naval comandada pelo Almirante Keith, penetrou no Estreito de Gibraltar. Imediatamente os britânicos eram forçados à defensiva, em Minorca, Nápoles e Sicília, e ainda com as necessidades do bloqueio de Malta e do Egito. O Almirante Jervis abandonou Cádiz, deslocando-se para Minorca e aí se reunindo à força de Duckworth; a outra concentração britânica era comandada por Nelson, ao largo da Sicília, com os elementos navais portugueses.

O inimigo franco-espanhol apresentava-se em três grupos:

a) a Esquadra de Bruix, de 24 navios de linhas, perseguida por Keith;

b) forças espanholas em Maiorca e na Catalunha, que se dizia estarem preparando a invasão de Minorca, vigiadas por Jervis; e

c) a frota espanhola de Cádiz, com 17 navios, que zarpou, livre do bloqueio, para Cartagena.

Após levar abastecimento a Gênova, Bruix teve ordem de voltar ao Atlântico; o que fez, recolhendo os navios espanhóis em Cartagena, e perseguido por Keith. Nelson permanecia na Sicília, enquanto os Bourbons reconquistavam Nápoles, facilitados pelo avanço russo-austriaco na Lombardia.⁴⁷

A paz com Trípoli e Túnis

Quando os navios luso-ingleses estavam em Palermo, o Comandante português Marquês de Niza aproveitou a presença do cônsul britânico de Trípoli, que viera buscar instruções de Nelson, para "... obter uma paz vantajosa, podendo o mesmo cônsul servir de mediano." Para esta missão, foi designada em abril de 1799 a Nau *Afonso de Albuquerque*.

Após negociações infrutíferas o comandante da nau, Donald Campbell, passou a bloquear o porto, fez presas e bombardeios, conseguindo arrancar do Paxá Yussef um armistício e um Tratado de Paz, a 14 de maio, ratificados a 1^a de agosto de 1799.⁴⁸ Outro tratado foi celebrado com o Bey de Túnis, através do Almirante Rodrigo Pinto Guedes, a 29 de junho, e ratificado a 29 de setembro desse ano.⁴⁹

A colaboração dos portugueses durou até dezembro de 1799, quando Nelson declarou ao Marquês de Niza que "... lhe bastavam às forças inglesas." Os navios lusos dirigiram-se a Palermo, recebendo provisãoamento e manutenção, através dos navios comboiados pela Nau *Vasco da Gama* e Corveta *Boaventura*, regressando a Lisboa em abril de 1800, após 27 meses de campanha. Uma Carta Régia de 6 de junho de 1800, dirigida ao Marquês de Niza, louvava os trabalhos da esquadra, em especial "as pazes com as regências de Trípoli e Túnis."⁵⁰

A GUERRA LUSO-ESPANHOLA Os Tratados de 6 de junho e 29 de setembro de 1801

Existindo ainda o estado de hostilidades entre França e Portugal, Napoleão pressionou o Ministério Espanhol, oferecendo inclusive

⁴⁴ SOARES, Joaquim Pedro Celestino. Op. Cit., p. 181-2.

⁴⁵ DUFFY, Christopher. Blunders on land. In: CHURCHILL, Winston Spencer. Op. Cit., p. 2531.

⁴⁶ SOARES, Joaquim Pedro Celestino. Op. Cit., p. 182-3.

⁴⁷ MACKESY, Piers Gerald. Op. Cit., p. 2538-9.

⁴⁸ SOARES, Joaquim Pedro Celestino, Op. Cit., p. 43-50 e BRASIL. Marinha. Arquivo. Coleção da Legislação Portuguesa.

⁴⁹ BRASIL. Marinha. Arquivo da Marinha. Coleção da Legislação Portuguesa.

⁵⁰ SOARES, Joaquim Pedro Celestino, Op. Cit., p. 178, 180-4.

recursos para atacar os lusos; em 3 de março de 1801, chegava ao governo português a notícia de que Madri lhe declarara guerra dois dias antes.⁵¹ Após rápida campanha, os Tratados de Badajós, de 6 de junho de 1801, entre Espanha, França e Portugal, consagraram as derrotas desse último. Segundo esses diplomas, seria mantida a paz e amizade entre Portugal e Espanha; os portos de todos os domínios portugueses seriam fechados aos navios ingleses; a Espanha devolvia várias praças de guerra conquistadas, embora mantivesse a posse sobre Olivença; os danos causados aos súditos espanhóis por navios portugueses ou ingleses seriam pagos pelos lusos; quanto à França, recebia o território entre os Rios Araguari e Oiapoque, com fundos até o Rio Branco, além de enorme indenização de guerra.⁵²

Outro Tratado, de 29 de setembro de 1801, aumentou a indenização à França, transferindo a fronteira da Guiana do Rio Araguari para o Carapanatuba. Era também reforçada a proibição dos navios ingleses frequentarem Portugal e os domínios.⁵³

No Brasil, entretanto, em rápida campanha, as missões jesuíticas foram incorporadas à Coroa portuguesa, e a ação enérgica de Ricardo Franco assegurou em Mato Grosso a integridade de nosso território.

A Paz de Amiens

Em 1^a de outubro de 1801, a Paz de Amienz, entre Inglaterra e França, estabeleceu o direito português à perfeita integridade dos seus domínios e possessões. Havia, entretanto, um artigo secreto estabelecendo que os dispositivos do Tratado "... não levantarão obstáculos aos arranjos celebrados entre as Cortes de Madri e Lisboa para a retificação de suas fronteiras na Península, nem aos celebrados entre os governos da França e Portugal para a delimitação das fronteiras nas Guianas, desde que esta delimitação não excedesse a fixada pelo tratado assinado em Badajós a 6 de junho."⁵⁴

Demissão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

A 6 de janeiro de 1801, D. Rodrigo fora nomeado Ministro dos Negócios da Fazenda e Presidente do Real Erário.⁵⁵ Acumulou a

pastas com a da Marinha, até 14 de junho de 1801, durante a guerra com a Espanha, após a qual transmitiu a gestão dos assuntos navais ao Visconde de Anadia.

A carta-relatório de D. Rodrigo a seu sucessor é bem esclarecedora, permitindo-nos uma visão dos problemas da Marinha lusa. Apresentado o organograma de sua Secretaria, elogiava o Inspetor da Cordoaria, "... superior pelo merecimento a toda expressão"; o Intendente da Marinha, que "... tem não só grande merecimento, mas se lhe deve a maior parte do que se fez para a organização da contabilidade da Marinha"; o pessoal da repartição de Fazenda; o inspetor do arsenal e seus ajudantes, José de Santa Rita e Manuel de Sousa. A Escola de Construção era dirigida por João de Sousa Pather, tendo como subordinados Antônio Joaquim e Julião Pereira.

Considerando a importância do comércio marítimo e da manutenção dos laços com os domínios do ultramar, ainda mais à vista das campanhas coloniais da Inglaterra contra a França e outros países, foi estabelecido como atividade básica o sistema de comboios, restando para os cruzeiros apenas as embarcações que eventualmente fossem liberadas das necessidades e atividades das escoltas.

A decisão foi demonstrada correta pelos acontecimentos pois diminuíra bastante o número das praças, enquanto o sistema de comunicações, através dos serviços marítimos, passava também à Secretaria da Marinha.

As principais forças operativas eram as Esquadras de Lisboa, comandadas por Antônio Januário do Vale e a do Brasil, ou da América, por Donald Campbell.

Foram também criadas a Brigada Real da Marinha, a Real Sociedade Hidrográfica, as Nitreiras; desenvolvidos os Pinhais Reais; iniciada a construção do Hospital da Marinha e mantida a tipografia do Arco do Cego, não só para a impressão, mas para a produção de tipos e caracteres para o uso do Reino.⁵⁶

Em 15 de novembro de 1803, D. Rodrigo pedia ao Príncipe Regente a sua demissão também da Presidência do Real Erário, por não se achar depositário da confiança régia e vendo que todas as propostas não mereciam a Real Aprovação. Discordava o previdente ministro da alienação de bens pela Coroa,

⁵¹ Carta de Luiz Pinto de Souza, em 4 de março de 1801, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 252.

⁵² BRASIL. Marinha. Biblioteca da Marinha. Coleção da Legislação Portuguesa.

⁵³ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 16-7.

⁵⁴ LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, v. 1, p. 16.

⁵⁵ Carta de Luiz Pinto de Souza, em 6 de janeiro de 1801, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 251.

⁵⁶ Carta de 14 de junho de 1801 ao Visconde de Anadia. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). p. 197-201.

assim como a concessão de graça com ônus pecuniários para o Estado, no momento em que mais se impunha uma economia severa. Por outro lado, diversos projetos de lei econômicos sequer foram apreciados pelo governo. A demissão foi concedida e retirou-se até a crise de 1807.⁵⁷

A Operação Naval

POLÍTICA DE NEUTRALIDADE **As pressões inglesas – Trafalgar**

Em 1803, estouraram de novo as hostilidades entre a França e Inglaterra. A importância do teatro de operações do Mediterrâneo fez com que, em maio desse ano, Nelson assumisse o comando da Esquadra inglesa local, passando a bloquear os franceses no Porto de Toulon.⁵⁸

Os portos da costa lusa tornavam-se cada vez mais necessários aos britânicos, por suas facilidades de escala e abastecimento. Em contrapartida, aumentavam as pressões francesas, fazendo com que fosse celebrada a Convenção de 12 de março de 1804, obrigando os lusos a pagar um subsídio mensal à França, a partir retrospectivamente de 1º de dezembro de 1803.⁵⁹

O gabinete inglês preocupava-se com a atitude a ser adotada pelo governo português. Em 4 de abril de 1805, Antônio de Araújo, o futuro Conde da Barca, respondia a Lorde Mulgrave, que:

– o Governo luso procuraria manter-se neutro, mesmo através das contribuições pecuniárias, até onde fosse possível;

– quanto às forças mobilizáveis, Portugal achava por bem reduzir o Exército, "... para facilitar o restabelecimento da disciplina e melhorar suas finanças." A maior parte dos licenciados ou era incapaz para o serviço, ou composta de recrutas, sempre prontos a desertar, e cuja mão-de-obra faltava na lavoura. Havia entretanto 30 mil homens em armas e a milícia; e

– em caso de guerra, seriam convocados para o comando o Marechal Conde de Vio-ménil e o Conde de Goltz.

Tecendo comentários sobre os boatos que se entrecruzavam, o diplomata portu-

guês justificava a ansiedade de sua Corte em saber se os ingleses poderiam e estariam dispostos a socorrer Lisboa em caso de guerra, terminando por assegurar a lealdade de aliança de seu governo à Sua Majestade britânica.⁶⁰

No mar, a frota francesa de Toulon conseguiu reunir-se à espanhola, seguindo até as Índias Ocidentais e regressando à Europa. Em 21 de outubro de 1805, foram derrotadas pela esquadra de Nelson, em Trafalgar, afirmando totalmente o controle do mar pelos britânicos.⁶¹

A PAZ DE TILSIT **Campanha de Copenhague**

As operações ofensivas de Nelson contra os dinamarqueses em abril de 1801; as campanhas coloniais; as derrotas navais da França; as invasões de Popham, Auchmuty e Whitelocke no Prata em 1806 e 1807, demonstravam aos olhos do mundo a capacidade ofensiva da Royal Navy. Pela paz de Tilsit, de 8 de julho de 1807 a Rússia aliou-se à política francesa, assegurando a Napoleão a liberdade de ação para atacar a oeste da Europa. O imediato fruto foi a pressão sobre Portugal.⁶²

Em 29 de julho de 1807, o governo francês comunicava ao Embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, as imposições napoleônicas:

– fechamento dos portos lusos aos navios britânicos;

– declaração de guerra contra a Grã-Bretanha;

– reunião das Forças Navais portuguesas às Esquadras franco-espanholas;

– expulsão do ministro inglês em Lisboa;

– regresso do ministro português em Londres; e

– prisão dos ingleses que se encontravam em Portugal, como reféns, confiscando os seus bens.⁶³

A 19 de agosto, reunira-se o Conselho de Estado português, e comentando a 21, o que acontecera, D. João de Almeida de Melo de Castro pede [que] seja considerada a segurança pessoal do regente, levando-se em

⁵⁷ Carta de 15 de novembro de 1803 ao príncipe regente. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). p. 85, 265-8.

⁵⁸ HICKS, Jim. The Word turned upside down. In: *The British Empire Magazine*. London: Orbis/Time-Life Books/BBC TV, 1970, v. 10, p. 274.

⁵⁹ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., v. 1, p. 17-8.

⁶⁰ Carta de Antônio de Araújo de Azevedo, de 4 de abril de 1805, a Lord Mulgrave. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 268-71.

⁶¹ HOWARTH, David. Nelson at Trafalgar: triumph and tragedy. In: *The British Empire Magazine*. London: Orbis/Time-Life Books/BBC TV, 1970, v. 15, p. 303-420.

⁶² MARTINS FILHO, Enéas. *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968, p. 5 e MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 21-2.

⁶³ MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 5.

conta "... o modo e disposições que a V.A.R. parecerem mais acertadas e conducentes para transferir em segurança a sua tendência para aquele dos seus vastos domínios que V.A.R. julgar mais próprios." ⁶⁴

Enquanto isso, alarmada pelos efeitos da Paz de Tilsit no Báltico, a Inglaterra enviou o Almirante Gambier à Dinamarca para exigir a entrega dos arsenais e da Frota dinamarquesa, por negociações (que duraram até o fim de agosto) ou pela força se necessário. ⁶⁵

A 26 de agosto de 1807, em vista das pressões francesas, foi resolvido pelo Conselho de Estado português a conveniência de se enviar o Príncipe da Beira, com uma das infantas, para o Brasil, "... e que para este fim, assim como para preparar a retirada de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor no caso eventual de o dever assim executar, se devia logo ordenar o maior armamento marítimo possível, e darem-se ao mesmo efeito as reais ordens necessárias, tanto pela repartição da Marinha como da Fazenda." ⁶⁶

Em outra reunião, de 2 de setembro, foi parecer unânime de que deveria partir o Príncipe da Beira e não o Infante D. Miguel; as disposições tendentes à transferência deveriam ser aceleradas, bem como repelidas as pretensões de enviar tropas francesas ou espanholas a Portugal. ⁶⁷ Pouco depois, chegavam as notícias do bombardeio e capitulação de Copenhague a 7 de setembro, frente aos britânicos, que se apossaram do arsenal e Esquadra dinamarquesa. ⁶⁸

A Convenção Luso-Britânica

Preparando-se para o pior, em vista da crescente pressão francesa, era baixada em 27 de setembro credencial para que o Embaixador em Londres, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, firmasse com a Grã-

Bretanha uma convenção, "... com o fim de conservar intacta a esta monarquia a referida Ilha da Madeira e as demais possessões ultramarinas." ⁶⁹

Conforme decidido, a 29 de setembro o Visconde de Anadia comunicava ao Príncipe Regente estarem prontas para se fazerem de vela, quando ordenado, as Naus *Afonso de Albuquerque* e *D. João de Castro*, a Fragata *Urânia* e o Brigue *Voador*, que seriam objeto de uma última e pessoal inspeção para que, se lhes faltasse algo, "ser logo tudo providenciado". ⁷⁰

O Ministro da Marinha passava a comparecer sempre à Ribeira, providenciando o aprestamento das naus com o pessoal da Intendência, Fazenda e Armada, visto que o Almirante Pedro de Mariz de Sousa Sarmento vendera a tonelada da Esquadra sem autorização, por achar vantajoso o preço oferecido por particulares. ⁷¹

O incidente de Fontainebleau

A 15 de outubro de 1807, ocorreu o célebre incidente de Fontainebleau, onde o Embaixador português em França, D. Lourenço de Lima, recebeu de Napoleão a afirmativa, perante o Corpo Diplomático, do fim da Casa de Bragança, se não se aliasse à França. ⁷² Em 22, o Ministro francês Champagny comunicou formalmente ao diplomata luso, Fernando José Antônio Álvares, a declaração de guerra a Portugal. ⁷³

Por volta de 9 de outubro, haviam entrado em Lisboa as Naus *Vasco da Gama* e *Rainha de Portugal*, e as Fragatas *Minerva* e *Princesa do Brasil*, reunindo-se àquelas prontas para levar o Príncipe da Beira ao Brasil. ⁷⁴ Tão logo fundearam, a 11 de outubro, o Ministro inglês em Portugal, Strangford, enviou nota a Antônio de Araújo, sugerindo em termos de ultimato que a totalidade da Marinha de Guerra portuguesa passasse ao Brasil com

⁶⁴ Parecer de D. João de Almeida de Melo de Castro, em 21 de agosto de 1807, sobre a reunião do Conselho de Estado, de 19 do mesmo mês e ano, dirigido ao príncipe regente. In: MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 27.

⁶⁵ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 20-1, e CHURCHILL, Winston. The Emperor of the French. In: Op. Cit., v. 6, cap. 1, p. 2582.

⁶⁶ PORTUGAL. Assento do Conselho de Estado do dia 26 de agosto de 1807. In: MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 21-22.

⁶⁸ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 20-1.

⁶⁹ CREDENCIAL de 27 de setembro de 1807 a D. Domingos Antônio de Souza Coutinho. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 273-4.

⁷⁰ Carta do Visconde de Anadia, em 29 de setembro de 1807, ao príncipe regente. In: MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 8, 37.

⁷¹ MORAES, Alexandre José de Mello. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Tomo 1, pt. 2, p. 39.

⁷² MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 9-10.

⁷³ Carta de Jean Baptiste Nompère Champagny, em 22 de outubro de 1807, a Fernando José Antônio Alves. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, príncipe e rei*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958, v. 1 p. 162-3. (Parece ter sido recebida em Lisboa a 11/11/1807).

⁷⁴ Carta de Antônio de Araújo de Azevedo, em 8 de outubro de 1807, a D. Lourenço de Lima. In: PEREIRA, Ângelo. Op. Cit., p. 169-70.

D. Pedro, agora que estava reunida, ou a um porto inglês. O exemplo de Copenhague demonstrava as intenções de Sua Majestade Britânica em "... não consentir jamais que as Forças Navais das potências neutras engrossassem aquelas de seus inimigos." Para o aprovisionamento, observava que "... há sempre nas mãos do Comissário inglês em Lisboa um estoque de tudo que fosse necessário a expedições navais, e que poderia ser utilizado à vontade pela Corte portuguesa."⁷⁵

A 17 de outubro, respondia Antônio de Araújo que a Coroa não podia atender ao solicitado, primeiro, "... porque deve haver todo o preparo desta natureza para Sua Alteza Real se retirar no caso de uma irrupção em Portugal ou de entrarem guarnições estrangeiras nos seus portos debaixo do pretexto de amizade; segundo, porque logo que os franceses vissem esta disposição, não deixariam de obrar hostilmente contra Portugal... Espera Sua Alteza Real que no caso da retirada com a sua Real Família e com as riquezas do Estado haja Sua Majestade Britânica de auxiliá-la como lhe tem prometido, não o privando do decoro de partir na sua própria Marinha."⁷⁶

Em 19 de outubro, o Ministro Antônio de Araújo comunicava ao seu embaixador em Londres o andamento da situação, inclusive anexando a nota de Strangford e a resposta, já citadas, afirmando que, quanto à partida do Príncipe Regente, já prevista, "... Sua Alteza Real nem há por desertar por terror ou pânico, o que já assustou o povo desta capital, suspeitando que ele se dispunha a partir, nem também há de esperar o último perigo, arriscando-se a haver ventos contrários que obstem à saída deste porto. Este é o único meio para a viagem, e não o de perder a estação própria para ela, como diz na sua nota Mr Canning porque em todo o tempo, como V. S^a sabe, se navega igualmente bem para o Brasil. Já se ordenou que as pratas das igrejas, e outros artigos de valor fossem transportadas a depósitos, a fim de estarem prontos a todo o acontecimento." Seria oportuno que a Esquadra inglesa que cruzasse perto de Lisboa tivesse instruções, segundo prometido pelo gabinete britânico, para proteger a retirada do Príncipe Regente e todos os vassallos que o desejassem. Deveria ainda o diplomata luso comunicar a

contingência do fechamento em breve dos portos, para que os ingleses solicitassem a sua revogação.⁷⁷

A população de Lisboa ficava cada vez mais temerosa dos acontecimentos, e muitos já buscavam embarcações para passar ao Brasil. Havia, entretanto, poucas embarcações de transporte, enquanto que "... as naus continuavam a preparar-se com grande pressa e todas as disposições indicam alguma coisa de embarque."⁷⁸

A 22 de outubro, era assinada em Londres uma convenção secreta, entre a Inglaterra e Portugal, estabelecendo:

- garantia de segurança da Ilha da Madeira e domínios ultramarinos;
- auxílio britânico à transferência de um Príncipe ou da Casa de Bragança para o Brasil, para o que seriam enviados desde já seis navios de linha à costa portuguesa;
- ocupação da Ilha da Madeira pelos ingleses, se os portos lusos lhes fossem fechados;
- em nenhum caso seriam entregues à França navios de guerra ou mercantes lusos. No caso da transmigração, o Príncipe Regente comprometia-se a trazer toda a Marinha, de Guerra ou Mercante, equipada ou não, ou transferi-la em depósito à Inglaterra, de onde seriam enviadas em segurança ao Brasil;
- nenhum príncipe ou herdeiro seria reconhecido pela Inglaterra, enquanto o Regente D. João estivesse no Brasil;
- assim que o governo de Portugal estivesse estabelecido no Brasil, seria negociado um Tratado de Aliança e Comércio com a Inglaterra;
- a convenção seria secreta e no caso em que os portos portugueses fossem fechados, seria estabelecido um porto livre para os ingleses na Ilha de Santa Catarina ou outro local da Costa do Brasil, para venda de manufaturados "... pagando os mesmos direitos que atualmente se pagam sobre os mesmos artigos nos portos de Portugal, até novo acordo" (firmado com reservas pelo Ministro português); e
- no momento em que os portos portugueses fossem fechados aos navios ingleses e enquanto durasse esse estado de coisas, os tratados existentes entre a

⁷⁵ Nota do Visconde de Strangford, de 11 de outubro de 1807, a Antônio de Araújo de Azevedo. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 278-80.

⁷⁶ Nota de Antônio de Araújo de Azevedo, em 17 de outubro de 1807, ao Lorde Strangford. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 281-3. ⁷⁷ Carta de Antônio de Araújo de Azevedo, a 19 de outubro de 1907, a D. Domingos de Sousa Coutinho. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 275-7.

⁷⁸ Carta de Pedro Gomes, em 2 de novembro de 1807, ao Conde da Cunha. In: PEREIRA, Ângelo. Op. Cit., p. 170-1.

Inglaterra e Portugal deveriam ser suspensos nas partes em que concediam ao Pavilhão Luso privilégios e isenções que outras nações não gozavam e que não faziam parte de uma atitude neutral (também firmado com reservas).⁷⁹

RUMO AO BRASIL **Partição de Portugal**

Aos trancos e barrancos, a Esquadra era pouco a pouco aprestada pelo Visconde de Anadia, "... indo todos os dias ao arsenal." Mesmo assim, por força dos boatos e problemas da administração, o ritmo dos trabalhos era variável.⁸⁰ A 27 de outubro, Napoleão firmou em Fontainebleau os documentos que serviram de base a um futuro desmembramento de Portugal:

- as províncias entre o Douro e o Minho formariam a Lusitânia Setentrional, destinada à Rainha Regente da Etrúria, em troca da Toscana;
- Alentejo e Algarve – para o Ministro espanhol Godoy, que passaria a ser Príncipe dos Algarves; e
- as províncias da Beira, Trás os Montes e Estremadura seriam seqüestradas até a paz geral, para o uso exigido pelas circunstâncias, partilhando Espanha e França o ultramar.⁸¹

D. Lourenço de Lima chegou a Lisboa a 1^o de novembro, com a notícia vivida do incidente de Fontainebleau.⁸² A 8, o Conselho de Estado, tomando conhecimento da declaração de guerra feita pela Espanha, também a 1^o de novembro, decidiu entre medidas apaziguadoras fosse terminado o apresto dos navios de guerra para o transporte da Família Real para o Brasil em último caso;⁸³ faltavam inclusive marinheiros, por causa dos comboios e da interrupção do comércio.⁸⁴ Para aumentar a confusão, por volta de

11 de novembro, entraram em Lisboa 11 embarcações russas vindas do Mediterrâneo, comandadas pelo Almirante Seniavin, dando lugar a que se pensasse que vinham cooperar com as tropas francesas. Nesta mesma data, eram publicadas no *Moniteur* as disposições dos Tratados de Fontainebleau, as quais foram rapidamente enviadas a Lisboa pelo Embaixador de Portugal em Londres.⁸⁵

Junot e Sidney Smith

A 20 de novembro, as tropas do General Junot entraram em Portugal, e a 22, chegava à Esquadra de Sir Sidney Smith, a pairar ao largo, bloqueando o Tejo.⁸⁶ A 24, o Conselho de Estado decidia que "... se não devia perder um só instante em acelerar o embarque de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e de toda a Real Família para o Brasil." Seria constituída em Portugal uma Regência e acertadas as providências necessárias com o Almirante inglês e Strangford.⁸⁷

Embarques e travessias

A 25, iniciou-se o embarque e o Marquês de Vagos ordenava ao Conde de Redondo, administrador real da Ucharia, que embarcasse as provisões nessa noite, para que de madrugada o Príncipe Regente pudesse subir a bordo.⁸⁸ Parece-nos, à vista dos acontecimentos, que estão certos aqueles que concebem a preparação prévia desse embarque. Não se compreende a minúcia de certos salvamentos, como o da documentação náutica por José Maria Dantas Pereira,⁸⁹ ou dos Arquivos do Reino, sem que houvesse um plano traçado.⁹⁰ Ocorreu, isto sim, o tumulto de última hora, quando o Príncipe resolver permitir a vinda de todos os nobres e empregados que o desejassem acompanhar: o que se pensava fazer com um gru-

⁷⁹ Convenção de 22 de outubro de 1807. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 285-92.

⁸⁰ MORAES, Alexandre José de Mello. Op. Cit., p. 50-1. e MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 34.

⁸¹ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 40-1; LIMA, Oliveira. Op. Cit., p. 44.

⁸² MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 11, 65.

⁸³ PORTUGAL. Conselho de Estado. Assento da reunião de 8 de novembro de 1807. In: MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 68-9.

⁸⁴ Observações feitas por Antônio de Araújo de Azevedo à Convenção de 22 de outubro de 1807. In: COUTINHO, Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa (Marquês do Funchal). Op. Cit., p. 292-99.

⁸⁵ PEREIRA, Ângelo. Op. Cit., p. 173-4.

⁸⁶ MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 17.

⁸⁷ PORTUGAL. Conselho de Estado. Assentos da reunião de 24 de novembro de 1807. In: MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 70-1.

⁸⁸ Instrução do Marquês de Vagos, de 25 de novembro de 1807, para o Conde Redondo. In: PEREIRA, Ângelo. Op. Cit., p. 180.

⁸⁹ BOITEUX, Henrique. O Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade. In: BRASIL. da Marinha. Serviço de Documentação-Geral da Marinha. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. v. 2, p. 315-31.

⁹⁰ MARTINS FILHO, Enéas. Op. Cit., p. 13-17.

NECESSIDADES LOGÍSTICAS DA ESQUADRA	
Navios	Provisões necessárias
<i>Rainha de Portugal</i>	– precisa de 27 tonéis d'água, pois os tem vazios;
<i>Fragata Minerva</i>	– tem só 60 tonéis d'água;
<i>Conde Henrique</i>	– tem 21 tonéis d'água vazios: precisa de botica que não tem;
<i>Golfinho</i>	– tem seis tonéis vazios: faltam boticas, galinhas e lenha;
<i>Urânia</i>	– falta lenha;
<i>Vingança</i>	– faltam água e lenha;
<i>Príncipe Real</i>	– precisa de uma botica, galinhas, cabo, cera, 20 tonéis d'água, merlim, a linha da barca e lenha;
<i>Voador</i>	– faltam três tonéis d'água;
<i>Príncipe do Brasil</i>	– faltam azeite, cera, cabo, 30 tonéis d'água e lenha da barca.

Mais seis embarcações vieram, que foram: *Medusa*, *D. João de Castro*, *Martim de Freitas* e *Afonso*.⁹²

po, foi feito com uma multidão, quando a notícia ganhou as ruas de forma repentina. O genro e a filha do Conde da Cunha, por exemplo, tinham ajustado o destino de seus objetos, enquanto iam para o Bulhaco; sabendo da viagem, encaixotaram tudo para embarcar com o Príncipe e a maior parte dos fidalgos, “tudo está em desordem e é uma confusão que ninguém se entende.”⁹¹

A Divisão Naval, pronta desde 29 de setembro, teve outras embarcações agregadas, à medida que chegavam. O simples convocá-las, revelava a premeditação da viagem e somos de opinião que dentro das dificuldades da época, a Intendência da Marinha de Lisboa procurou fornecer o provisionamento e manutenção necessários, assegurando a transferência do aparato estatal. A 27 o Príncipe embarcou e a 28 perguntava aos comandantes se estavam prontos, recebendo relações do que faltava, e baixando decreto para esse fim, que foi enviado pelo Visconde de Anadia a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, para executar de comum acordo com José Joaquim de Azevedo e o Intendente dos Armazéns Januário Antônio Lopes da Silva.

A venda da tonelada pelo Almirante Sarmiento; a perturbação do apresto, pela necessidade aparente de afirmar a permanência e por rumores de traição atribuída ao Ministro da Marinha; o pânico repentino e a

confusão, quando se divulgou o embarque, tudo fazia difíceis as planejadas medidas de provisionamento. Uma testemunha contemporânea, João Pedro da Veiga, afirmou muito mais tarde ao botânico Freire Allemão que a Corte de Lisboa, receando perder o Brasil, tinha determinado mandar o Príncipe Herdeiro com o título de Condestável do Brasil para o governar, acompanhado de um Conselho, em que entrava D. Fernando, um camarista do Príncipe e outro fidalgo. Que constando isso ao governo francês, este mandou logo um expresso declarando ao governo de Portugal que logo que o Príncipe partisse para o Brasil se lhe declarava guerra. À vista de que, o governo português fez logo desembarcar tudo quanto já estava a bordo para a viagem do príncipe; vira em pessoa o decreto (da proclamação?) do Príncipe Herdeiro.⁹³

Segundo Strangford, “Lisboa achava-se em estado de grande descontentamento, difícil de descrever. Bandos de pessoas armadas e desconhecidas rondavam as ruas em absoluto silêncio, sem terem em vista nenhum fim permitido ou claro; tudo parecia indicar que se a partida do Príncipe Regente não se realizasse imediatamente, seria adiada por efeito de revoltas populares, até tornar-se impossível por causa da entrada dos franceses.”⁹⁴ O Visconde do Rio Seco foi assaltado pela multidão, só se livrou dos

⁹¹ Carta da Condessa da Cunha, sem data, ao Conde da Cunha. In: PEREIRA, Ângelo. Op. Cit., p. 180, rodapé.

⁹² MORAES, Alexandre José de Mello. Op. Cit., p. 58-9.

⁹³ VEIGA, João Pedro da. Entrevista dada no Mendanha (Campo Grande, RJ) ao botânico Freire Allemão, em 27 de novembro de 1848. Mss.

⁹⁴ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 43-4.

populares garantindo que ficaria no Reino e apenas mais tarde pôde, em surdina, embarcar com os seus.⁹⁵

Assim, não é estranhável que a relação de municiação e os expedientes que a encaminhavam não surtiram efeito, só tendo chegado às mãos de Tomás Antônio Vilanova Portugal no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1808, vindos de Portugal por um correio.⁹⁶

Tudo se tumultuava; o que se conseguira preparar, graças a Anadia, ao pessoal do Arsenal, Contadoria e Intendência, não suportava aquela multidão embarcada. A 29, o Príncipe zarpuu, sem ser incomodado pela Esquadra russa e seguiu para o Brasil, comboiado pela Royal Navy, que também forneceu elementos de provisionamento e

manutenção, “pois em matéria de estiva as faltas foram desastrosas... Quando foi anunciado o embarque, não estavam a bordo nem comedorias salgadas nem o suprimento suficiente de bolacha. Recebeu-se farinha à última hora.”⁹⁷

A 22 de janeiro de 1808, suportando a multidão as deficiências logísticas do melhor ou pior modo, chegou o Príncipe a Salvador, e a 7 de março ao Rio de Janeiro, sendo recebido fora da barra, sendo o primeiro habitante da leal cidade e dar-lhe boas vindas o chefe José Caetano de Lima, Intendente da Marinha do Rio de Janeiro.

Era a repartição logístico-fazendária naval a penitenciari-se da confusão da partida, desvelando-se no alojamento e instalação da Corte no Brasil.

FORÇA NAVAL PORTUGUESA DE 1793 A 1800		
NAUS	FRAGATAS	BERGANTINS
<i>Conceição ou Príncipe Real</i>	<i>Ulisses</i>	<i>Serpente</i>
<i>Maria I</i>	<i>Fênix</i>	<i>Voador</i>
<i>Vasco da Gama</i>	<i>Vênus</i>	<i>Falcão</i>
<i>Rainha de Portugal</i>	<i>Princesa do Brasil</i>	<i>Lebre</i>
<i>Bonsucesso</i>	<i>São Rafael</i>	<i>Galgo</i>
<i>Santo Antônio ou D. Pedro Carlos</i>	<i>Cisne</i>	<i>Gaivota do Mar</i>
<i>Medusa</i>	<i>Minerva</i>	<i>Diligente</i>
<i>São Sebastião</i>	<i>Tritão</i>	<i>Europa</i>
<i>São José e Mercês</i>	<i>São João Príncipe</i>	<i>Mercúrio</i>
<i>Ajuda ou Princesa do Brasil</i>	<i>Carlota</i>	<i>Gavião</i>
<i>Pilar ou Conde D. Henrique</i>	<i>Tétis</i>	<i>Caçador</i>
<i>Afonso de Albuquerque</i>	<i>Golfinho</i>	<i>Sem Nome</i>
<i>Conceição e Santo Antônio</i>	<i>Andorinha</i>	<i>Do Porto</i>
<i>Senhora do Monte do Carmo</i>	<i>Ativo</i>	
<i>D. João de Castro</i>	<i>Vitória</i>	
	<i>Amazona</i>	

“Destes navios nem todos foram rigorosamente contemporâneos. Alguns foram saindo dos estaleiros, enquanto outros se iam inutilizando para o serviço.”⁹⁸

⁹⁵ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 64

⁹⁶ MORAES, Alexandre José de Mello. Tomo 1, parte 2, p. 58-9, rodapé.

⁹⁷ MONTEIRO, Tobias. Op. Cit., p. 63-4.

⁹⁸ COELHO, José Maria Latino. Op. Cit., p. 354.